

POR QUE UMA NOVA FASE DA LINGUÍSTICA TEXTUAL?

WHY A NEW PHASE OF TEXTUAL LINGUISTICS?

Lícia Maria Bahia Heine
UFBA

Resumo: Este artigo objetiva focalizar limitações que a Linguística Textual (LT) tem enfrentado a partir dos anos 90 do século XX, cuja superação sugere a instauração de uma nova fase da LT. Entre essas restrições, menciona-se a concepção de texto que, embora a LT tenha conseguido transcender a abordagem centrada no código linguístico, as suas análises ainda se atêm à linguagem verbal, estabelecendo dicotomias entre o verbal e não verbal que podem conduzir ao conceito de texto restrito apenas à materialidade linguística. Há também lacunas ligadas à concepção de sujeito, intencionalidade, bem como as reflexões referentes aos princípios de textualidade. Neste texto, pretende-se desenvolver considerações sobre aceção de texto que, direta ou indiretamente, envolvem aspectos acima mencionados. Sugere-se, então, a Fase Bakhtiniana (HEINE, 2012), para a qual o texto é um evento dialógico, que traz à baila fenômenos do dialogismo bakhtiniano.

Palavras-chave: texto, dialogismo, signos icônicos.

Abstract: The proposal of a new phase in Text Linguistics is justified by the limitations that such trend has faced during the final decade of the XX century: concepts of text, subject and intention are some of them. Although studies have shown that researchers have gone beyond the exclusive verbal language, the dichotomy between the verbal and non verbal languages can still be found which can lead to a wrong concept of text, restricted to the linguistic code (only the verbal language). This article makes comments about all these aspects based on Bakhtin's idea of dialog: any text in any language is a dialog, a constant interaction between human beings – and this is what the Bakhtinian Phase (HEINE, 2012) is all about.

Keywords: text, dialog, non verbal signs.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Linguística de Texto (LT) surgiu, na década de 60 do século XX, na Alemanha, em um momento em que o paradigma formal da linguagem, vigente naquela época, deixava de responder, adequadamente, a vários problemas, que foram gradativamente se instaurando por uma plêiade de diferentes pesquisadores. Dentre essas questões, ilustram-se: os pragmaticistas questionavam por que Saussure se debruçou às estruturas linguísticas, excluindo, destarte, o indivíduo dos estudos linguísticos; os pesquisadores da Análise de Discurso, em seu sentido geral,

bem como os da Pragmática perguntavam: Por que o sentido provém da imanência do sistema linguístico? Na verdade, criticavam a tese da autonomia linguística, defendida pela visão formal, que diz respeito à independência semântica do texto escrito formal, restringindo, pois, a significação aos constituintes de uma sentença, e os neófitos da LT questionavam o fato de a ciência da linguística ter como objeto de estudo a *langue*, como postulava Saussure, ou a competência linguística, de Chomsky, arguindo que a linguística devia voltar-se para o estudo do texto como seu objeto de investigação linguística, sem ter como foco a identificação de morfemas e fonemas, a partir de um *corpus* limitado.

Apesar de não ter tido um desenvolvimento homogêneo, pelo fato de ter surgido em vários países, apresentando, conseqüentemente, diversas tendências para o tratamento do texto, há um senso comum em apresentar três momentos que caracterizam as pesquisas da LT, a saber: a análise transfrástica (também denominada interfrástica), a construção de gramáticas e as teorias do texto. É comum a informação de que essas fases da Linguística Textual não são cronológicas, ou seja, pressupõe-se que elas ocorreram, de forma simultânea, ao longo do tempo. Contudo, essa assertiva merece reflexão, porque se constata uma cronologia entre as suas primeiras fases, análise transfrástica e gramáticas de texto, e a subsequente, as teorias do texto. A ausência de cronologia talvez seja pertinente entre os dois primeiros momentos, considerando que há linguistas que, quando vão focalizar os primeiros passos da LT, o fazem a partir das gramáticas de texto, não reconhecendo o momento transfrástico; postura que pode ser explicada por conta do perfil teórico que as une, como se verá mais adiante.

Na tradição, as pesquisas da LT centram-se nas três fases acima referidas. Contudo, no final do século XX e nos primórdios do século XXI, observam-se sinais pontuais de que a LT estaria caminhando para novos momentos – a perspectiva sociocognitivo-interacionista de Koch (2004, p. 31-32)¹, já consolidada no seio das pesquisas da LT, e a Fase Bakhtiniana, que vem sendo proposta por Heine, de forma sistemática desde 2009. Tal proposta de Heine apoia-se nas reflexões do filósofo russo Mikhail Bakhtin (2003), solidificando-se mais ainda em Barros (2007, p. 21), que, desde 1994, vem buscando pontuar as contribuições de Bakhtin em relação ao texto e/ou discurso², pesquisa que impele a rever os precursores *stricto sensu* da Linguística Textual³, incluindo, ao lado dos retóricos, da estilística, da Escola de Praga e dos formalistas russos, a obra de Bakhtin, na sua abordagem semiótico-discursiva.

¹Segundo Koch, a perspectiva sociocognitivo-interacionista começou a ser instaurada no fim da década de 80 do século XX, porém, no Brasil, somente em 2004, é que se tem um livro publicado sobre esse olhar.

²Bakhtin usava as expressões texto e discurso como sinônimas (BARROS, 2007).

³Na tradição, os precursores *lato sensu* da Linguística Textual são os retóricos e a estilística.

Na última década do século XX, a Linguística Textual, face ao pleno exercício discursivo e suas implicações, dá sinais pontuais de que ainda é preciso mudar, trazendo, em seu bojo, as contribuições teóricas de Mondada e Dubois (1995) e as ideias basilares de Bakhtin (2003). A partir de tais reflexões, Heine sugere uma nova fase da Linguística Textual, tentando preencher algumas dessas lacunas, ligadas à concepção de texto, ao sujeito e aos processos de coerência e coesão, esses últimos vistos como mecanismos de processamento textual, voltados sobretudo à superfície textual, ou seja, apesar dos caminhos dados pela LT, a mesma continua presa ao código linguístico.

DESENVOLVIMENTO DO ARTIGO

Na transição entre os séculos XX e XXI, em especial, no Brasil, impulsionada, direta ou indiretamente, pelo movimento da semântica gerativa e pela investigação psicolinguística de Rosch (1978, apud KOCH, 2004, p. 21), a LT já caminhava para uma abordagem sociocognitiva, conforme se observa na concepção de texto a seguir:

texto passa a ser considerado resultado de processos mentais: é a abordagem procedural, segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucesso (KOCH, 2004, p. 21).

Enfoque esse que endossa o processamento textual a partir de Heinemann e Viehweger (1991 apud KOCH, 2004, p. 21) e envolve quatro grandes sistemas de conhecimento: o linguístico (conhecimentos gramatical e lexical), o enciclopédico (compreende as informações armazenadas na memória de cada indivíduo, o sociointeracional (conhecimento sobre as ações verbais, isto é, sobre as formas de inter-ação através da linguagem) e por último, o conhecimento ligado aos modelos textuais globais (possibilita reconhecer textos enquanto gênero ou tipo textual). Contudo, apesar de sua importância inquestionável, o caráter sociocognitivo-interacionista da LT, de um modo geral, deixa espaço para novas reflexões no que tange à concepção de texto que, na tradição, parece deixar à margem a camada histórico-ideológica, bem como os signos semióticos, sem considerá-los elementos constitutivos do texto, o que possibilita conduzir os processos de coerência e coesão ainda presos à superfície textual.

A Fase Bakhtiniana (HEINE, 2009) da Linguística Textual apresentou os seus primeiros embriões na transição entre os séculos XX e XXI, quando Heine (2001) sugere, na sua tese de

doutoramento, uma nova classificação da anáfora que, finalmente, ampliava, pela primeira vez, a clássica concepção de Halliday e Hasan (1976). Essas reflexões pautam-se nos postulados bakhtinianos que, embora a literatura vigente da LT tenha incorporado algumas das concepções bakhtinianas, as suas pesquisas parecem não apresentar implicações resultantes das ideias do referido filósofo que, direta ou indiretamente, vêm imprimindo uma ressignificação substantiva nos seus pilares básicos, a ponto de dar respaldo teórico para o surgimento de um novo momento. A questão fulcral é a concepção de texto, pois é a partir dele que são definidos os fenômenos teóricos que devem ser contemplados pela LT.

A Fase Bakhtiniana, apesar de concordar com as diversas acepções de texto que o concebem enquanto processo e não um produto, sugere um outro conceito, considerando questões diversas feitas pelos alunos, em geral, professores da rede estadual da Bahia de cursos de especialização, oferecidos pela Universidade Federal da Bahia, entre 2009 e 2013. Dentre as perguntas costumeiras, destacam-se:

- Professora, é correto, nas histórias em quadrinhos, eu considerar texto apenas o código verbal?
- Professora, o texto se refere apenas à linguagem escrita?
- Professora, a interpretação do texto deve se limitar ao código linguístico?

Por outro lado, havia também inquirições oriundas dos alunos de pós-graduação e de pesquisadores presentes em congressos que, a título de exemplo, mencionam-se as acepções de sujeito e a sua intencionalidade na LT, de ideologia e de historicidade.

Para responder aos questionamentos, foi preciso recorrer ao apoio teórico bakhtiniano, voltando-se para o dialogismo, que prioritariamente concebe a linguagem como atividade dialógica, eminentemente social, oriunda das efetivas práticas discursivas, debruçando sobre a linguagem viva, semiótica, munida de entonações histórico-ideológicas. O filósofo russo introduziu, portanto, a situacionalidade de todo o fenômeno linguístico, seja literário ou conversacional, mostrando precisamente que ela só existe socialmente, deixando claro que se trata de uma linguagem semiótica, o que vai possibilitar o diálogo com outras linguagens, no seu sentido *lato sensu*. Portanto, a análise linguístico-discursiva não se atém aos elementos linguísticos enquanto código, mas se volta também aos fatores semióticos, aos aspectos sócio-históricos e ideológicos que envolvem as diversas linguagens no seio social. Segundo Bakhtin (1997, p. 124), [...] “a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não verbal (gestos

do trabalho, atos simbólicos de um ritual, cerimônias, etc.), dos quais ela é muitas vezes apenas o complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar. A partir do lastro bakhtiniano, chegou-se ao seguinte conceito:

Considera-se o texto como evento dialógico, semiótico, falado, escrito, abrangendo, pois, não somente o signo verbal, mas também os demais signos no seio social (imagens, sinais, gestos, meneios da cabeça, elementos pictóricos, gráficos, etc). Assim compreendido, apresentam-se duas camadas que lhe são constitutivas mutuamente: a camada linguístico-formal, que consiste dos princípios morfofonológicos, sintáticos, semânticos e semióticos; e a camada histórico-ideológica, caracterizada pelo processamento de sentidos inferenciais e efetivada a partir de diferentes estratégias (conhecimentos de mundo, conhecimentos partilhados, intencionais, conhecimentos ideológicos, dentre outros) que vão alicerçar a construção desses sentidos. (HEINE, 2016)

Para melhor explicar o referido conceito de texto, recorre-se à metáfora do caleidoscópio. Esse último é um aparelho óptico, constituído por um tubo de metal, com vidros coloridos e espelhos inclinados. Quando a luz exterior incide sobre ele, a mesma reflete nos espelhos inclinados, o que faz que, a cada movimento, sejam visualizadas diferentes imagens coloridas, mostrando que há uma profusão de possibilidades de se ver diversos desenhos no jogo de cores e espelhos.



(HEINE et al, 2014, p. 152).

A figura (01) anterior procura representar os diversos sentidos de um texto, isto é, as diferentes possibilidades de compreendê-lo que, à semelhança de um caleidoscópio, quando a luz exterior incide sobre ele, processa uma profusão de diferentes imagens. É importante que não se compreenda essa imagem de forma fragmentada, considerando-a, por exemplo, apenas uma das suas partes. Ao contrário disso, o que se propõe é asseverar que todos esses elementos do caleidoscópio são constitutivos do texto e não elementos que estão na fronteira textual, distanciando-se, de forma substantiva, das expressões cotexto e contexto, tão usadas na LT, porque parecem sugerir a ideia de que essas expressões não lhe são constitutivas, mas simplesmente agregadas ao texto materialidade linguística, postura teórica que macula a concepção do texto, concebendo-o na verdade como código linguístico. O excerto textual a seguir deixa ainda essa ideia de contexto como algo que se agrega ao texto e não como o elemento fulcral constitutivo do texto, assertiva inferida principalmente através do enunciado: “necessário se faz levar em conta o contexto” (KOCH; ELIAS, 2006, p. 57).

Subjacente a essa concepção de leitura, encontra-se o pressuposto segundo o qual o sentido de um texto não existe a priori, mas é construído na interação sujeitos-texto. Assim sendo, na e para a produção de sentido, necessário se faz levar em conta o contexto. (KOCH; ELIAS, 2006, p. 57)

Como se pode observar, também, a partir do caleidoscópio, a LT pós teorias de texto não mais se atém aos aspectos pragmáticos ortodoxos, que buscam a construção do sentido, defendendo a tese de que ele se processa apenas a partir do contexto imediato (o lugar, os participantes e a relação que estabelecem entre si) e sobremodo da intenção de um falante individual, excluindo a historicidade. É pertinente registrar que a LT não mais postula o sujeito pragmático de linha dura, mas um sujeito social, tal como se observa em Marcuschi:

[...] Não somos mais sujeitos cartesianos monolíticos, integrais e indivisíveis, que persistem à margem do corpo e deles desgarram como alma que volta para a divindade. Não se nega a individualidade nem a responsabilidade pessoal, mas se afirma que as formas enunciativas e as possibilidades enunciativas não emanam de um indivíduo isolado e sim de um indivíduo numa sociedade e no contexto de uma instituição. (MARCUSCHI, 2008, p. 67)

Koch (2004, p. 32-33) assevera também que, na concepção interacional (dialógica) da língua, os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, ativos. É o momento sociocognitivista interacionista de Koch, que não mais contempla, dentre outros, o referido sujeito pragmático, mas considera o conhecimento sociointeracional, que tem como um dos seus

elementos constitutivos o conhecimento ilocucional, detentor sujeito pragmático de linha dura. Essa presença pode deixar o leitor meio confuso, embora Koch deixe a sua posição clara a respeito do sujeito social.

Diferentemente do sujeito pragmático, o sujeito dialógico bakhtiniano só se constrói na inter-relação com o outro, tendo uma consciência eminentemente social; por isso, não detém o traço individual, nem o de um ser livre, justamente por construir-se através do outro, sem tomar posição unilateral. Contudo, ao apresentar a sua concepção de enunciado, Bakhtin (2003, p. 261) faz menção ao traço individual. Essa posição de Bakhtin pelo ato individual pode conduzir a interpretações distorcidas, a exemplo de se asseverar que ele considera o sujeito individual. Faraco (2009, p. 86-87) esclarece que essa menção refere-se, indubitavelmente, à singularidade do ser humano, ao “afirmar que cada ser humano ocupa um lugar único e insubstituível, na medida em que cada um responde às suas condições objetivas de modo diferente de qualquer outro” (FARACO, 2009, p. 86). Não se pode deixar de lembrar que o sujeito dialógico tem como pedra angular a intersubjetividade; por outras palavras, é impossível pensar “o ser” fora das relações com “o outro” – célula incisiva do processo de dialogização. Portanto, seria contraproducente interpretar o sujeito dialógico como individual, como um sujeito fonte do sentido, ou como um sujeito assujeitado, “infenso à sua inserção social”. O “eu” desse sujeito só se torna “eu entre outros *eus*” (SOBRAL, 2007, p. 22), constituído por vários “eus”, várias vozes em que dialogam vários discursos, em consonância com a heterogeneidade da realidade sociolinguística, será constituído a partir de vozes diversas, não detendo, portanto, o traço da individualidade.

Tal visão de sujeito traz à baila a necessidade de uma reflexão na concepção da intencionalidade, na tradição, um dos componentes integrantes dos padrões de textualidade (PT) de Beaugrande e Dressler (1981), conforme se verifica na ilustração a seguir:

Tabela 01 – Padrões de Textualidade

PADRÕES DE TEXTUALIDADE	
CENTRADOS NO TEXTO	CENTRADOS NO USUÁRIO
<p>Coesão Coerência</p>	<p>Intencionalidade Aceitabilidade Informatividade Situacionalidade Intertextualidade</p>

Fonte: (BEAUGRANDE, R., DRESSLER, W., 1981)

Em 1981, já se observava uma postura da LT em se desligar de nuances das teorias formais, pelo fato de se presenciarem, nos padrões de textualidade, fenômenos transcendentais à materialidade linguística. Como exemplo, citam-se: a intencionalidade, a aceitabilidade, a informatividade, a situacionalidade e a intertextualidade, ressaltando também a concepção de texto como uma atividade comunicativa. (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981) Entretanto, demonstram, por outro lado, uma face formal ao conceberem a coesão e a coerência, centradas no texto enquanto materialidade linguística, como, respectivamente: a tessitura textual, baseada em dependências gramaticais sequenciais; o sentido textual, concernente à configuração de conceitos e relações que subjazem à superfície textual. Em 1997, quando esteve no Brasil, Beaugrande escreveu o livro *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*, no qual retomou os padrões de textualidade e, por conta de ter ampliado a sua base teórica, nomeou os sete fenômenos como “princípios de textualidade”, eliminando, de modo incisivo, a coesão e a coerência restritas ao texto enquanto código linguístico, na medida em que ambas passaram a ser processadas a partir da tríade: base linguística, cognitiva e cultural – embora ainda apresente resquícios formais por segmentar a linguística dos aspectos cognitivo-culturais.

Dentre os sete princípios, destacam-se apenas a intencionalidade e a aceitabilidade; na tradição, a primeira é tida como um fenômeno individual, idiossincrático ao ortodoxo sujeito pragmático, que é autônomo, não social, sujeito origem do sentido, o que demonstra a não consideração dos aspectos sócio-históricos, dando a entender que o sentido se constrói apenas por meio do contexto imediato onde se efetiva a comunicação. Em face desses traços, o sujeito pragmático tem sido bastante criticado; apesar dessas lacunas, é preciso ressaltar a importância basilar dos estudos pragmáticos, haja vista ter imprimido um olhar para a língua em uso nas práticas sociais, antes trabalhada apenas a partir de um falante ideal fora do processo comunicativo.

Como já se registrou anteriormente, Heine (2012), pautada na sua sugestão de uma nova fase para a LT, a Fase Bakhtiniana, põe em foco, não mais o sujeito pragmático, comumente denominado de linha dura, mas o sujeito dialógico, ou seja, o sujeito bakhtiniano que, diferentemente do sujeito pragmático, só se constrói na inter-relação com o outro, tendo uma consciência eminentemente social. Após essas reflexões a respeito de alguns dos pilares teóricos do Círculo de Bakhtin, seria também contraditório considerar a intencionalidade como individual, visto que se trata de uma característica peculiar ao sujeito; logo, de acordo com o enfoque

bakhtiniano, a intencionalidade só pode ser compreendida como eminentemente social, embora a literatura da LT ainda a entenda nos moldes dos padrões de textualidade.

Quanto à aceitabilidade, faz-se mister registrar que Beaugrande e Dressler (1981) buscavam estabelecer uma relação praticamente biunívoca entre a intencionalidade e a aceitabilidade. O excerto textual a seguir ilustrado pode explicar:

A aceitabilidade é a contraparte da intencionalidade. Refere-se à concordância do parceiro em entrar num “jogo de atuação comunicativa” e agir de acordo com suas regras, fazendo o possível para levá-lo a um bom termo [...]. Em sentido restrito, refere-se à atitude dos interlocutores de aceitarem a manifestação linguística do parceiro como um texto coeso e coerente, que tenha para eles alguma relevância. Desse modo, mesmo que o texto contenha incoerências locais ou pareça em princípio incoerente, o leitor/ouvinte fará o possível para atribuir-lhe sentido. (KOCH, 2015, p. 51)

Como se pode depreender a partir da ilustração, a noção de aceitabilidade sugere certa passividade dos interlocutores do discurso, ou seja, “os interlocutores devem aceitar a manifestação linguística do parceiro, mesmo que o texto contenha incoerências locais ou pareça em princípio incoerente, o leitor/ouvinte fará o possível” (KOCH, 2015, p. 51), possibilitando que se estabeleçam liames com “o famoso esquema da comunicação de Roman Jakobson, linguista estruturalista russo, cujo circuito da comunicação compreendia, fundamentalmente, um emissor e um receptor, fazendo uso de um código comum, através de um canal ou meio específico, e remetendo a certos referentes para, no caso do emissor, transmitir uma mensagem e, no caso do receptor, decodificá-la (HEINE, CRISTO, NEIVA, ALVAREZ, 2014, p. 86). Em se tratando de Bakhtin, não é possível aceitar essa tese de passividade em função da sua atitude responsiva, conforme se verifica na seguinte citação:

[...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente) complementa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante [...]. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é natureza ativamente responsiva ativa [...]. (BAKHTIN, 2003, p. 271)

Nesse sentido, é importante registrar o que diz Fiorin (2006, p. 25-26), no seu livro

“Introdução ao pensamento bakhtiniano”:

O vocábulo “diálogo” significa, entre outras coisas, “solução de conflitos”, “entendimento”, “promoção de consenso”, “busca de acordo”, o que poderia levar a pensar que Bakhtin é o filósofo da grande conciliação entre os homens. Não é nada disso. As relações dialógicas tanto podem ser contratuais ou polêmicas, de divergências ou de convergência, de aceitação ou de recusa, de acordo ou de desacordo, de entendimento ou de desinteligência, de avença ou de desavença, de conciliação ou de luta, de concerto ou desconcerto”.

A relação contratual com um enunciado, a adesão a ele, a aceitação de seu conteúdo fazem-se no ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais. Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição. O que é constitutivo das diferentes posições sociais que circulam numa dada formação social é a contradição.

Essas reflexões levaram Heine, em 2014, a fazer a seguinte proposta: substituir, nos “Princípios de Textualidade”, o fenômeno aceitabilidade por “responsividade”,

Tabela 02 – Princípios de Textualidade

PRINCÍPIOS DE TEXTUALIDADE
Coesão
Coerência
Intencionalidade
Responsividade
Informatividade
Situacionalidade
Intertextualidade

Fonte: BEAUGRANDE, R., DRESSLER, W., 1981. Adaptação de HEINE, 2014

Voltando às questões feitas pelos alunos, parece ser possível asseverar que esse sucinto enfoque teórico responde, em parte, às questões feitas pelos docentes do curso de especialização. No que tange às primeiras questões, na tradição, consoante Heine, Cristo, Neiva e Alvarez (2014), os livros didáticos compreendem o texto, quando constituído de linguagem verbal e linguagem não verbal, apenas a parte verbal escrita, sem observarem que as partes verbal e não verbal são constitutivas, formando um todo de sentido, denominado texto. O hiato pode indicar que o alicerce teórico subjacente a esses livros concebe o texto nos moldes formais, isto é, texto enquanto código linguístico, apenas.

Quanto à última questão, a Linguística Textual e outras linhas de pesquisa de cunho discursivo consideram que todo texto possui uma gama de possibilidades de sentidos, sendo, pois, opaco e não transparente semanticamente, ou seja, o sentido não está nele, visto que “[...] a interpretação de um enunciado não pode levar em consideração apenas a informação linguística” (CHAREAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 394). No diz respeito ao dialogismo, o sentido é processado entre o contexto imediato e o entorno sócio-histórico a partir de um enunciado concreto munido de ideologia. Dessa forma, o texto é tentacular, voltando-se para enunciados precedentes e consequentes historicamente, configurando a tese bakhtiniana de o enunciado ser uma correia de elos históricos da sociedade. (BAKHTIN, 2003)

Para o referido filósofo russo, a ideologia provém das diferentes esferas sociais (a religião, a arte, a moral, a ciência, a ética, a filosofia etc.); por isso, que não há enunciado neutro; a própria retórica da neutralidade é também uma posição axiológica. Na tradição, a ideologia aponta para o social, excluindo o individual, como é o caso da Análise de Discurso Peucheutiana; mas, para Bakhtin, a ideologia permite que o social, o histórico e o individual se entrelacem mutuamente, ressaltando, contudo, a preponderância dos dois primeiros sobre o terceiro. Tal alicerce teórico permite construir o sujeito dialógico bakhtiniano que é eminentemente social, mas com nuances intencionais no processo discursivo, o que configura a sua face individual.

A Fase Bakhtiniana, embora reconheça os avanços da LT em relação aos processos de coesão e coerência, considerando em especial o artigo de Marcuschi (2001) sobre anáfora indireta e a tese de Heine com a proposta de anáforas correferenciais e anáforas não-correferenciais (2001) e o trabalho de Apothéloz (1995) com as anáforas fiéis e infieis, concorda com as reflexões de Costa (2000), a seguir ilustradas:

Há [...] revisões que mantêm em grande parte o conceito e os critérios de delimitação do texto presentes em Halliday e Hasan (1976): mantêm a superfície textual como objeto de análise e procuram reformular o conceito de coesão e complementá-lo com outros de natureza igualmente formal. Essa tendência está presente nos trabalhos de Koch, Fávero, Beaugrande e Dressler [...]. (COSTA, 2000)

Heine (2008-2015), pautada, sobretudo, no seu conceito de texto “como evento dialógico, linguístico-semiótico”, já vinha refletindo sobre essa questão desde 2008, concordando, pois, com Costa (2015) sobre a referida crítica de que a LT possui um certo apego ao texto enquanto código linguístico, apesar dos seus avanços, no Brasil, promovidos por Koch (2002, 2006, 2009), Marcuschi (2001), e na Europa, por Kleiber, Schnedecker e Ujma (1991), Kleiber, Mondada, Dubois (1995), dentre outros, a exemplo da coesão associativa.

Esses linguistas procuram ampliar o leque de recursos de coesão (COSTA, 2000), mas excluem, incisivamente, por exemplo, os signos icônicos, elementos constitutivos do texto, do processo de referência, que podem atuar, ao lado dos signos verbais, como âncoras textuais, anáforas e catáforas etc.

Essas reflexões são preciosas porque encorajam Heine ainda mais ao sustento de uma nova fase da LT, aqui denominada provisoriamente de Fase Bakhtiniana. Alicerçada nesses princípios, a coesão, na Fase Bakhtiniana, finalmente, passa a considerar os elementos semióticos no processo de referência, tendo como argumento a concepção de texto enquanto evento linguístico-semiótico, o que possibilita a ocorrência de elementos verbais e elementos não verbais, atuando como âncora textual ou como objetos de discurso, referentes processados não somente a partir da camada linguístico-formal, mas também da camada histórico-ideológica, que envolve, em especial, o conhecimento de mundo do interlocutor (HEINE, 2011), construídos a partir da interação discursiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o enfoque teórico apresentado, ainda que sucinto, observamos que as questões apontadas justificam sim uma nova fase da Linguística Textual; entre os aspectos basilares, destacamos sempre a necessidade de partirmos inicialmente de um conceito de texto que procure atender, pelo menos em parte, as inquições comumente feitas à Linguística Textual. Nesse sentido, investimos, portanto, em uma acepção de texto, procurando, em primeiro lugar, deixar claro que o texto é um evento dialógico, para podermos considerar fenômenos costumeiramente excluídos pela literatura da LT, como o semiótico, a camada histórico-ideológica; porém, ressaltando que todos eles representam o princípio constitutivo textual e não elementos que se agregam ao código linguístico. A partir desse conceito, é possível responder às questões feitas pelos alunos; no caso da ideologia, procuramos mostrar que não há neutralidade no jogo dos enunciados; portanto, são dotados de ideologia que provém, sobretudo, das diferentes esferas sociais (a religião, a arte, a moral, a ciência, a ética, a filosofia etc.), e do signo - entidade linguístico-semiótica que, por si só, expressa sempre uma posição avaliativa, pois não há enunciado neutro; a própria retórica da neutralidade é também uma posição axiológica.

Esse aporte bakhtiniano tem sido abordado pela literatura clássica da Linguística Textual, em especial a partir do momento sociocognitivismo (KOCH, 2004), mas, apesar do seu enfoque cognitivo, as suas análises revelam ainda exclusão dos signos semióticos no processo de coesão e

da coerência textual que, lamentavelmente, sugere uma acepção do texto presa exclusivamente ao código linguístico. Além disso, questões tradicionais da LT ainda se mantêm pautadas à teoria clássica, como por exemplo, os princípios de textualidade, a noção de intencionalidade e a aceitabilidade, dentre outros.

REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ, Denis. Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle. Genève, 1995. Tese(Doutorado) - Faculté des lettres de l'Université de Neuchâtel.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação textual*. 4. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARROS, D. L. P. de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, C. A. et al. *Diálogos com Bakhtin*. 4. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007.
- BEAUGRANDE, R., DRESSLER, W. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Max Niemeyer, 1981.
- BEAUGRANDE, R. de. Linguística textual: para novas margens? In: ANTOS, G.; TIETZ, H. (Ed.). *O futuro da linguística textual: Tradições, transformações, tendências*. Tübingen: Niemeyer RGL, 1997. p. 1-12.
- BENTES, A. C. Linguística textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 101-142. v. 1.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989.
- BLIKSTEIN, I. *KasparHauser ou a fabricação da realidade*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- BORGES NETO, J. *Ensaio de filosofia da linguística*. 2004. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRAIT, B. (Org.). As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, D. L. de;
- FIORIN, J. L. *Diálogos, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 11-22.
- BRANDÃO, H. N. Da língua ao discurso, do homogêneo ao heterogêneo. In: BRAIT, B. (Org.). *Estudos iniciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.
- BROWN, G; YULE, G. *Discourse analysis*. New York: Cambridge University Press, 1983.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução Fabiana Komesu. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- COSTA, C. *Filosofia da linguagem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- COSTA, I. B. *Cadeias referenciais no português falado*. Organon: Revista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, v. 28/29, p. 33-54, 2000.
- DUBOIS D. et al. *Dicionário de linguística*. Trad. Francisco Pessoa et al. São Paulo: Cultrix, 1973.
- FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2006.

- FARACO, C. A. *Linguagem & diálogo: as ideias do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- FARACO, C. A.; TEZZA, C. CASTRO, G. de. *Diálogos com Bakhtin*. 4. Ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007.
- FIORIN, J. L. (Org.). *Notas de aulas*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.
- _____. (Org.). *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.
- HEINE, L. M. B.; NEIVA, N; CRISTO, A; ALVAREZ, P. *O texto no livro didático: reflexões e sugestões*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- _____. Aspectos da perspectiva funcionalista da análise linguística. In: HEINE, L. M. B.; HEINE, P. (Org.). *Questões do texto e do discurso*. Salvador: UFBA, 2011.
- _____. *Aspectos do uso da anáfora no português oral*. Tese (Doutorado em XXX) - Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. mimeo.
- HEINE, Lícia M. Bahia. *Notas de aulas*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- KOCH, I. G. V; TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- | KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Contexto, [2004] 2015.
- KOCH, I. V; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.
- HALLIDAY, M.A.K., HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- LETA, M. M. *Concepções de linguagem e educação*. Revista UNIVERSA, Brasília, v. 4, n. 3, p.555-568, out. 1996. Disponível em: <<http://www.mariamasselto.net/arquivos/artigos/endipe10.pdf>> Acesso em:
- MAGALHÃES, B. O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, v. 3, número especial, 2003. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0303/05.htm#_ftn1> Acesso em:
- MARCONDES, D. *Filosofia analítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2004.
- MARCUSCHI, L. A; DIONÍSIO, A. P. *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- MARCUSCHI, L. A. *Linguística de texto: o que é e como se faz*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Letras e Linguística, 1983.
- _____. *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2001. mimeo.
- _____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- _____. *Curso de linguística de texto*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Letras e Linguística, 2003.
- _____. *Produção textual, análise de gênero e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- MONDADA, L; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et categorisation. In: BERRENDONNER, A; REICHLER-BÉGUELIN, M. (Org.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalisations, anaphores*. Suisse: Institut de linguistique de l'Université de Neuchâtel, 1995.

MONDADA, L; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referência. In: CAVALCANTI, M; RODRIGUES, B; CIULLA, A. (Org.). *Referênciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, J. P. Pragmática. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 47-68.

PONZIO, A. *A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. Tradução Valdemir Miotello. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, A. P. G.; SACRAMENTO, I. (Org.). *Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

SOBRAL, A. Arco/atividade e evento. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin e conceitos-chave*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

TEZZA, C. *Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o formalismo russo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

LÍCIA MARIA BAHIA HEINE

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Associada IV da UFBA. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa do Discurso. Atua principalmente nos seguintes temas: fala, escrita, gêneros textuais, texto, discurso, ideologia, sentido, gramaticalização, anáfora, referência e cognição.

Enviado 30/04/2017.

Aceito em 305/2017.